

PORTUGAL E A GRANDE GUERRA.
BALANÇO E PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Prof. Dr. SEVERIANO TEIXEIRA

I. INTRODUÇÃO

A «Grande Guerra» teve na história contemporânea portuguesa um significado da maior importância. Guerra total, a primeira guerra tem sobre Portugal reflexos que excedem largamente o campo militar e se inscrevem sobre a própria sociedade global: da evolução económica aos movimentos sociais, da recomposição das ideologias ao destino político do regime democrático.

Consequentemente e como não poderia deixar de ser, a «Grande Guerra» ocupa na memória nacional um lugar de relevo. Memória, que lhe desenhou uma imagem e lhe construiu uma interpretação que feita discurso oficial e sob avatares diversos se estende, praticamente, até aos nossos dias. Na memória nacional, Naulila e La Lys, inscrevem-se, a partir de então, na já longa gesta dos portugueses, recuperando o passado e reactualizando a sua genealogia heróica. Nasce, então, uma interpretação patriótica e uma imagem heróica da participação portuguesa na guerra de 1914/18. A «Grande Guerra» entrava, assim, na galeria dos mitos nacionais.

O mito, dizia Roland Barthes⁽¹⁾, «é constituído pela perda da qualidade histórica das coisas: as coisas perdem nele, a memória da sua fabricação» ... «o mundo fornece ao mito, um real histórico definido, remontando tão longe quanto seja necessário, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui

(1) ROLAND BARTHES — «Le Mythe Aujourd'hui»: in *Mythologies*, Paris, 1957, p. 196.

é uma imagem natural desse real». A sua lógica é, precisamente, fazer passar por natural aquilo que é eminentemente social, fundar uma contingência enquanto eternidade.

Como todos os mitos, também o mito da «Grande Guerra» cujo discurso manifesto alimenta a memória heróica e tende a fundar uma imagem de unanimidade nacional e esforço patriótico, encerra em si um discurso latente que lhe desvenda uma outra realidade. A de que, longe da unanimidade, as origens do mito mergulham fundo nos graves conflitos sociais e políticos da própria guerra e que a sua verdadeira função social é, justamente, a mitificação política dessa mesma realidade.

Ora, para compreender o seu verdadeiro significado é necessária a desconstrução do mito. E esta, exige uma análise, ainda que breve, das origens e evolução desta concepção patriótica da «Grande Guerra».

2. NAS ORIGENS DO MITO: O DEBATE POLÍTICO DO PÓS-GUERRA

A concepção patriótica da «Grande Guerra» nasce, ainda antes da intervenção portuguesa no conflito europeu. Ela foi, na verdade, a base da propaganda de guerra dos intervencionistas no grande debate político que em Portugal se travou sobre a entrada ou não, de Portugal na «Grande Guerra» entre 1914 e 1916.

A partir de 1916, porém, o facto consumado da entrada em guerra e todas as suas consequências — a mobilização geral, a partida das tropas, a questão das subsistências e, em particular, a instauração da Censura — desviou a sociedade para os problemas concretos do quotidiano de guerra e afastou, simultaneamente, a opinião pública do debate político sobre a guerra.

Só na Primavera de 1919, o pós-guerra virá marcar a roptura deste silêncio e abrir de novo o debate sobre a guerra. O problema em causa, não era agora o da entrada em guerra, mas antes, o da conduta da própria guerra, em particular, no último ano, sob o regime de Sidónio Pais. E o debate ganhava tanto mais importância e significado político, quanto o que estava em causa era o prestígio internacional de Portugal, isto é, o lugar que o país ocuparia no concerto dos países aliados e sobretudo a capacidade ou incapacidade de conquistar os seus objectivos de guerra na Condefência de Paz.

E embora a polémica sobre a conduta de guerra (1918) fosse radicalmente diferente da polémica sobre a entrada em guerra

(1914/1916), o certo é que ela recuperou, reproduziu e reforçou no pós-guerra, as clivagens políticas da entrada em guerra. Fundavam-se aqui duas genealogias, que através de um processo complexo, sob avatares diversos e subtilezas várias, acabaram por se projectar na memória da «Grande Guerra». De um lado, os intervencionistas de outrora, hoje, críticos violentos da conduta de guerra do dezembrismo que, em última instância, responsabilizavam pela derrota de La Lys e, conseqüentemente, pela posição desfavorecida de Portugal na Conferência da Paz: os sectores mais radicais e jacobinos do republicanismo — parte do Partido Evolucionista, mas fundamentalmente, o Partido Democrático. Do outro lado, os anti-intervencionistas de ontem, agora defensores da política de guerra do dezembrismo, que tendem a desresponsabilizar: os sectores mais conservadores do republicanismo, como o Partido Unionista e uma parte significativa dos monárquicos e dos católicos, no fundo, o complexo de forças que gravitou em torno do sidonismo.

Não importa, aqui, percorrer em profundidade e detalhe o debate político do pós-guerra. E não importa, sobretudo, saber quem estava certo ou estava errado, isto é, a quem, na realidade, o conhecimento posterior da documentação ou as novas leituras historiográficas vieram dar razão. O que importa, realmente, é saber qual o significado político da polémica e determinar como, cada um dos campos em luta conseguiu projectar o seu discurso na memória da guerra e influenciar a construção do mito.

A primeira acha para a fogueira da polémica vem de França, da Liga para a Defesa da República Portuguesa no Estrangeiro. Grupo ligado ao sector intervencionista, nomeadamente ao Partido Democrático, formado no exílio após a revolução sidonista, que publica em Fevereiro de 1919, um opúsculo anónimo de propaganda: «La vérité sur le Portugal»⁽²⁾. Neste texto defendia-se a ideia de uma ligação estreita entre a política externa e a política interna em Portugal durante a guerra, nomeadamente entre o golpe militar de Sidónio Pais e a intervenção de Portugal na guerra. A revolução sidonista teria sido o culminar da campanha anti-intervencionista, conduzida por sectores germanófilos e cuja deposição do Presidente Bernardino Machado e do governo de Afonso Costa e da chamada «equipa da guerra», teria por fim o aniquilamento do esforço militar português no teatro europeu. E avançava pela primeira vez os temas centrais que viriam a palorizar o debate sobre a conduta de guerra do dezembrismo: a mudança do Estado-Maior do Corpo Ex-

(2) Anónimo — *La Vérité sur le Portugal*, Ligue pour la Défense de la République Portugaise à l'Étranger, Paris, 1919.

pedicionário Português, constituído por oficiais, que não só tinham estado, técnica e militarmente, ligados à sua constituição, como eram politicamente ligados à «causa da guerra», por outros que o não eram; a questão do «roulement», isto é, da não substituição do contingente militar português na Flandres; a dissolução do corpo de aviação que operava em conjunto com a força aérea francesa e viria a ser integrado no Corpo Expedicionário Português; a supressão do «comunicado português de guerra» e o agravamento da Censura que em Portugal se opunha à publicação de toda e qualquer notícia tendente a valorizar o esforço militar português; finalmente, uma medida que pelo seu simbolismo espelhava a posição do novo regime perante a guerra, a dissolução, por decreto, do Museu da Grande Guerra, instituído pelo governo anterior. O objectivo central desta campanha seria o de atingir o moral da Nação e sobretudo dos soldados, reduzindo, para não dizer aniquilando, o esforço de guerra. Publicado no estrangeiro, «La vérité sur le Portugal», tinha fundamentalmente um objectivo externo: afirmar entre os dirigentes políticos e a opinião pública internacional a ideia de que a posição portuguesa não deveria confundir-se com a posição do governo de Sidónio Pais. Tinha sido radicalmente diferente antes, e era-o agora depois do sidonismo. «Portugal foi um país que nunca foi neutro» e por isso deveria ter «direito a um lugar à parte na estima dos Aliados»⁽³⁾. Pensava-se no prestígio internacional de Portugal e em particular do seu lugar na Conferência da Paz.

Embora virado para objectivos externos, este opúsculo não deixaria de ter reflexos internos. E de facto, com o fim da censura de guerra, abre-se a partir de Março de 1919 a questão na opinião pública. Na imprensa surgem os primeiros debates. De entre os muitos textos publicados destacam-se os de Paulo Osório, pela síntese que faziam dos problemas em causa, quer da entrada de Portugal na guerra, quer das críticas essenciais à conduta de guerra dezembrista. O primeiro artigo⁽⁴⁾, refere-se ao problema da entrada em guerra. Em resposta às afirmações do Presidente Poincaré, sobre o facto de «Portugal ter abandonado a neutralidade, apenas quando lhe foi necessário defender os seus interesses ameaçados pela Alemanha», o que traduzia o clima na opinião pública internacional, afirmava o sentimento anti-germanófilo e o apoio aos Aliados nas ruas de Lisboa nos primeiros dias de guerra, acentuava o facto de Portugal ter entrado em guerra a pedido da Inglaterra e ao abrigo

⁽³⁾ *Op. cit.*, vejam-se as pp. 1 e 2, 4 a 8 e 16.

⁽⁴⁾ PAULO OSÓRIO — «Portugal na Guerra»: in *A Capital*, 11 de Março de 1919, p. 1.

da Aliança Inglesa e finalmente, que o esforço de guerra português só se alteraria no decorrer do último ano de guerra, sob o regime de Sidónio Pais. Introduzia, assim, o segundo problema, a conduta de guerra. O segundo texto⁽⁵⁾ condensava o essencial das críticas ao dezembrismo. não ter efectuado o «roulement», ter suspenso as licenças, ter dissolvido o corpo de aviação, ter colocado uma só Divisão militar a fazer o trabalho de duas. Em suma, esta conduta de guerra defectista seria o principal responsável pelo enfraquecimento do Corpo Expedicionário Português, consequentemente, pela derrota militar de La Lys e em última instância, pela difícil situação internacional em que Portugal se encontrava nas vésperas da Conferência da Paz.

A Conferência da Paz e em particular o lugar secundário a que Portugal foi votado reabrem na Primavera de 1919 um debate violento na opinião pública portuguesa. Em Junho, a questão chega ao Parlamento. Leote do Rego, deputado democrático e comandante da Divisão Naval de Lisboa até ao Sidonismo, abre a polémica na Câmara dos Deputados iniciando aquilo que veio a chamar-se o «processo do dezembrismo». Voltam a afirmar-se, na própria sede do poder político, as teses intervencionistas: Portugal entrou em guerra a pedido da Inglaterra e em auxílio dos Aliados; até ao 5 de Dezembro o Corpo Expedicionário Português esteve a funcionar em pleno; só depois do golpe sidonista se alterou a política de guerra em sentido inverso com todas as suas consequências. Ao nível da política interna, acusa-se o germanofilismo do governo, mas mais, o campo livre à propaganda e à própria espionagem alemã. Ao nível da política externa, a substituição dos diplomatas que defenderam a «causa da guerra». Ao nível militar, reforçavam-se as acusações conhecidas: a não prossecução do «roulement» sob o pretexto de que não havia disponibilidade de transportes; a dissolução da aviação; a substituição dos comandos militares, por outros comandos defectistas e germanófilos. A responsabilidade da difícil situação do país no pós-guerra, era atribuída a esta política de guerra seguida por Sidónio Pais, acusado de Traição. Pedia-se a abertura de um inquérito parlamentar e porque o país tinha o «direito de saber», a publicação do Livro Branco sobre a Guerra⁽⁶⁾. O debate continuaria no Parlamento⁽⁷⁾

⁽⁵⁾ PAULO OSÓRIO — «O Desastre»: in *A Capital*, 12 de Março de 1919, p. 1.

⁽⁶⁾ Veja-se o *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de Junho de 1919, pp. 4 a 20.

⁽⁷⁾ Veja-se o *Diário de Câmara dos Deputados*, Sessão de 12 de Junho e 5 de Agosto de 1919.

e progressivamente, com maior intensidade estender-se-ia à opinião pública.

No decurso da polémica, publica-se na imprensa, pela primeira vez e na íntegra, um documento oficial respeitante à participação portuguesa: o memorandum inglês de 10 de Outubro de 1914, convidando Portugal a colaborar no esforço de guerra aliado⁽⁸⁾. O objectivo político era claro, provar que a entrada de Portugal no conflito se tinha feito a convite da Inglaterra. Porém, esta publicação abria um grave precedente. De facto, a partir de então, quem tivesse acesso à documentação oficial passaria a publicá-la e mais grave do que isso, publicá-la em função e como prova da sua posição política. Aumenta a violência da polémica e a «reconciliação nacional» que muitos desejavam torna-se cada vez mais longínqua. O debate prossegue, agora polarizado em torno das duas figuras que protagonizaram os dois campos em luta: Cunha e Costa, defensor de Sidónio e da sua conduta de guerra e Augusto Casimiro, responsável pela organização do Livro Branco, intervencionista convicto e grande detractor da conduta de guerra dezembrista. Sem que se alterasse na sua essência e significado político, a polémica ganha agora, violência, nuances, provas e contra-provas documentais.

Cunha e Costa⁽⁹⁾ defende que «não só Sidónio não traíu a Pátria como esteve sempre ao lado dos aliados⁽¹⁰⁾. Isto é, Sidónio não teria sido germanófilo como teria, mesmo, prosseguido uma política aliadófila. Por isso mesmo, não teria sido a conduta de guerra dezembrista o verdadeiro responsável pela derrota militar de 9 de Abril e pela situação internacional de Portugal no pós-guerra. Os verdadeiros responsáveis seriam, pelo contrário, os intervencionistas, a «equipa da guerra» e a forma como conduziu o país para os campos de batalha do teatro europeu: os objectivos político-partidários que teriam presidido à decisão de entrada em guerra⁽¹¹⁾ forçando diplomaticamente a Inglaterra, bem como a incompetência técnico-mi-

(8) *Livro Branco — Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 — Portugal no Conflito Europeu 1.ª Parte — Negociações até à declaração de Guerra*, Lisboa, 1920. Documento n.º 83, p. 47.

(9) Os textos de CUNHA E COSTA que iniciaram e animaram a polémica foram publicados no Jornal de tendência sidonista *A Época*, respectivamente, de 27 de Julho de 1919, p. 1; 31 de Julho de 1919, p. 1; 1 de Agosto de 1919, p. 1; 2 de Agosto de 1919, p. 1; 3 de Agosto de 1919, p. 1; 4 de Agosto de 1919, p. 1; 6 de Agosto de 1919, p. 1; 8 de Agosto de 1919, p. 1; 9 de Agosto de 1919, p. 1; 4 de Setembro de 1919, p. 1; 8 de Setembro de 1919, p. 1 e 11 de Setembro de 1919, p. 1.

(10) *A Época* de 31 de Julho de 1919, p. 1.

(11) «... toda a gente tinha a certeza moral de que essa intervenção obedecia a lamentáveis preocupações de ordem política e ainda a outra ordem de considerações que interesse patriótico manda calar...»: in *A Época*, 27 de Julho de 1919, p. 1.

litar que teria presidido à organização do Corpo Expedicionário Português ⁽¹²⁾.

Augusto Casimiro ⁽¹³⁾ defende a posição contrária. Portugal entrou em guerra a pedido da Inglaterra e ao abrigo da Aliança Inglesa. Para colaborar no esforço de guerra aliado, é certo, mas com o propósito de assegurar os territórios colonias e um lugar entre os vencedores que restituísse a Portugal o prestígio internacional que perdera ⁽¹⁴⁾. Mais do que isso, o Corpo Expedicionário Português teria funcionado em pleno até ao consulado de Sidónio Pais ⁽¹⁵⁾. Seria a conduta de guerra do sidonismo a única responsável pela situação. E se Sidónio Pais foi intervencionista e aliadófilo, como dizia Cunha e Costa, não teve a força de se impor às exigências inglesas e sobretudo não tinha «fé na Vitória». Ora, seriam precisamente, essa «política fraca», essa incapacidade para dominar as dificuldades face à Inglaterra e a descrença na vitória, as principais razões «da desintegração e da degradação do C. E. P.» e em consequência, «da menor glória do 9 de Abril» ⁽¹⁶⁾. A polémica estende-se ainda até Outubro de 1919, com argumentos e provas de parte a parte, sobre todas as questões da conduta de guerra já referidas: o «roulement» e os reforços, os transportes, a mudança de comandos, a aviação, a convenção militar de Janeiro de 1917 ⁽¹⁷⁾.

Sem conclusão, a polémica foi-se apagando, progressivamente, à medida que os temas, as provas e os argumentos se esgotavam e sobretudo, que as resoluções finais da Conferência da Paz lhe retiravam actualidade e sentido político. Permanecia, porém, uma memória imediata da guerra. Memória, profundamente clivada e sem um consenso nacional possível, alicerçada nas lutas político-partidárias da conjuntura de guerra.

Porém, estas duas posições inconciliáveis no plano político convergiam tacitamente num ponto comum, indiscutível e indis-

⁽¹²⁾ «Que assim a C. E. P. pela absoluta incompetência e culposa incúria que presidiram à sua organização e pela notória injustiça que inspirava grande número de decisões do nosso Ministério da Guerra»: in *A Época* de 27 de Julho de 1919, p. 1.

⁽¹³⁾ Os textos de AUGUSTO CASIMIRO foram publicados no Jornal *A Vitória* entre o final de Julho e o princípio de Outubro de 1919, enquanto durou a polémica, e foram mais tarde reunidos e publicados em livro: AUGUSTO CASIMIRO, *Sidónio Pais — Algumas notas sobre a Intervenção de Portugal na Grande Guerra*, Porto, 1919.

⁽¹⁴⁾ AUGUSTO CASIMIRO, *op. cit.*, pp. 89 a 93.

⁽¹⁵⁾ *Id. op. cit.*, pp. 98 a 101.

⁽¹⁶⁾ *Id. op. cit.*, 86 e 87.

⁽¹⁷⁾ Pode consultar-se a evolução do debate, réplicas e trélicas: in AUGUSTO CASIMIRO, *op. cit.*, pp. 117 e seg.

cutido e por isso mesmo, silenciado no calor do debate: o valor militar do soldado português, o mesmo é dizer, o seu heroísmo. Encerrava-se a questão da guerra, abria-se o campo à construção do mito.

3. MITO E HISTORIOGRAFIA ENTRE AS DUAS GUERRAS

Com o fim da polémica, o silêncio instala-se e progressivamente invertem-se os termos da questão: apagam-se as clivagens políticas e acentua-se a memória heróica. A guerra deixa de ser objecto de crítica e luta política, passa a ser objecto de exaltação patirótica e nacional.

O mito da «Grande Guerra» que a historiografia traduziu a ajudou a construir, cumpriu no contexto do seu tempo, uma função concreta de integração política: exaltando a memória heróica do povo, glorificava o passado que projectava no presente que se constituía seu herdeiro. Consolidava-se, assim, a unidade nacional, legitimando o regime.

Ao lado da historiografia que, progressivamente, lhe foi dando uma elaboração teórica, o mito teve os seus campos previligiados de difusão prática e imediata: as associações dos antigos combatentes, em particular a «Liga dos Combatentes» e os manuais escolares.

A «Liga dos Combatentes», difundida capilarmente por todo o País, foi o elo de ligação entre antigos combatentes e o espaço de sociabilidade previligiado onde se continuou e desenvolveu o «espírito de corpo» do combatente e se cultivou a memória heróica da «Grande Guerra». Por vezes com colaboração oficial, foi, sem dúvida, a «Liga dos Combatentes» o motor principal dos programas celebrativos, dos cultos e ritos patrióticos, que alimentaram o mito e projectaram para o futuro a memória heróica da «Grande Guerra»: desde as celebrações do 9 de Abril, ao culto do «Soldado Desconhecido», passando pelo rito do «Azeite Votivo» e o Cristo da Trincheiras, até ao culto dos caídos em combate com o culto dos mortos e a construção dos «Padrões da Grande Guerra».

Os manuais escolares, em particular, os manuais de história de Portugal constituíram um segundo campo de difusão do mito da «Grande Guerra», estes dirigidos à socialização política da juventude escolar. Com raras excepções, os manuais de história de Portugal adoptados pelas escolas portuguesas durante o período entre guerras construíam uma visão da «Grande Guerra» tendente a apa-

gar as clivagens sociais e os conflitos políticos que a guerra originara, aliás característicos de um tipo de regime democrático que então se vivia, e a criar uma imagem de unidade nacional no esforço patriótico, e a glorificar o espírito de sacrifício e o valor militar do soldado português.

Esta função política do mito patriótico da «Grande Guerra», comum às várias sociedades europeias no período entre-guerras, conheceu em Portugal a sua especificidade, nomeadamente, em relação aos outros regimes autoritários seus contemporâneos. Os objectivos políticos não eram diferentes, mas foi-o, sem dúvida, o «modus faciendi». É que, enquanto os regimes totalitários, como nazismo na Alemanha e o fascismo em Itália, a integração política e a legitimação dos regimes, procederam por uma estratégia de mobilização de massas onde o culto da raça, da força, da violência e por consequência da guerra eram valores essenciais — e daí a instrumentalização directa e o aproveitamento político da «Grande Guerra» — o regime português pelo carácter conservador, tradicionalista e católico do seu autoritarismo, cultivou valores opostos e procedeu por uma estratégia diversa. O equivalente funcional da mobilização de massas, foi no caso português, a desmobilização. A integração política faz-se através da eliminação de toda e qualquer imagem de conflito e da criação de uma unanimidade nacional que em última instância acabava, também, por legitimar o regime.

Esta concepção não deixou de se reflectir na historiografia, como é evidente, de uma forma mediatizada e elaborada. Vejamos então como, e sobretudo qual, de entre as duas genealogias da memória da guerra deixou mais fundo a sua marca no discurso historiográfico. São dois, os marcos fundamentais desta historiografia no que concerne à «Grande Guerra»: o capítulo «Portugal na Guerra Mundial 1914-1918» de Hernâni Cidade, incluído na *História de Portugal de Damião Peres* ⁽¹⁸⁾, publicada em 1933 e *Portugal na Grande Guerra do General Ferreira Martins* ⁽¹⁹⁾ publicada em dois volumes, respectivamente em 1934 e 1938.

«Portugal na Guerra Mundial» de Hernâni Cidade é um marco para a história da questão, não só porque integra aquela que é a *História de Portugal* mais importante e significativa da historiografia portuguesa da primeira metade do século XX, mas também porque é, em si mesmo, o primeiro texto de natureza propriamente

⁽¹⁸⁾ HERNANI CIDADE — «Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918», in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. VIII, Barcelos, 1933, pp. 491 a 522.

⁽¹⁹⁾ General FERREIRA MARTINS — *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol., Lisboa, 1934-1938.

historiográfica publicado sobre a participação portuguesa na guerra. No que respeita à entrada em guerra, Hernâni Cidade recupera a ideia da responsabilidade alemã no desencadear do conflito e afirma que numa tal situação Portugal não poderia ficar alheio. Era a Aliança Inglesa que o impunha. Mas a Inglaterra pretendia a ajuda portuguesa sem os custos inerentes e ao pedir a Lisboa que não declarasse neutralidade provocava uma situação diplomática equívoca para Portugal, que entre a neutralidade e a beligerância não tinha os benefícios dos neutros, nem recebia ajuda dos beligerantes. Daí, que veja a entrada de Portugal a pedido da Inglaterra e ao abrigo da Aliança Inglesa como uma vitória da política externa portuguesa e uma saída feliz. No que concerne à conduta de guerra em particular do sidonismo, regista a ideia da contradição entre as palavras e os actos na política de Sidónio Pais, isto é aliadófila em teoria, mas neutralista no sentimento o que teria levado a uma política de desmobilização e desmoralização do Corpo Expedicionário Português revisitando todos os temas correlativos. Hernâni Cidade, aproxima-se portanto da interpretação das teses intervencionistas quer no respeito à entrada quer no que respeita à conduta de guerra, retirando-lhe, porém, toda a carga polémica e toda a imagem de conflito. É será importante notar, não só o apagamento dos conflitos internos inerentes à própria guerra, como o acentuar da sua componente heróica, salientando «a galhardia militar e o fervor patriótico» dos portugueses. A consequência desta postura é a redução do peso relativo da questão política na história da guerra e o aumento correlativo dos problemas militares, nomeadamente do desenrolar das operações. A questão militar ocupa cerca de 59,3 % do texto contra 40,6 % sobre a questão política e mesmo esta, é toda ela dedicada à de política externa apagando-se completamente os conflitos internos (20).

Quanto ao Portugal na Grande Guerra do General Ferreira Martins, não valerá sequer a pena salientar a sua importância. É, ainda hoje, a única obra de conjunto, da historiografia portuguesa, dedicada à participação de Portugal na Grande Guerra. E a sua orientação, quer historiográfica quer política, não é muito diferente da de Hernâni Cidade. Muito pelo contrário, participa e reforça a mesma concepção, a partir de agora dominante. Também para Ferreira Martins a responsabilidade internacional no desencadear do conflito pertence à Alemanha e igualmente, no que res-

(20) Num total de 32 páginas de texto, a questão política ocupa 13 páginas, o que equipale a 40,3 %, enquanto as operações militares 19 equivalentes a 59,6 %.

peita à posição portuguesa, considera que a ameaça às colónias portuguesas e as obrigações da Aliança Inglesa são factores que pesam na balança da entrada de Portugal na guerra. E em relação à posição pedida por Inglaterra de não neutralidade, e aos constantes ataques alemães em África, considera insustentável para Portugal uma tal situação diplomática. A entrada em guerra é deste ponto de vista a saída para o impasse e autor reforça a ideia de que Portugal entra a pedido de Inglaterra e ao abrigo da Aliança Inglesa. É também favorável a posição de Ferreira Martins sobre a organização do Corpo Expedicionário Português e sobre os primeiros tempos da cooperação militar. O mesmo não poderá dizer-se sobre a conduta de guerra do dezembrismo. Regista igualmente a incoerência da política de Sidónio Pais, aliadófilo nas palavras neutralistas nos actos, posição que justifica revisitando todos os temas já referidos e responsabilizando-o pela desmoralização e desmobilização do Corpo Expedicionário Português. A redução da componente política da guerra em favor da sua componente militar é aqui ainda mais acentuada — 31,8 % contra 68,2 % — ⁽²¹⁾. Consequentemente, reforça-se ainda mais o branqueamento dos conflitos internos e assume-se a defesa do valor militar do soldado português, tanto mais herói quanto maiores foram as adversidades e os sacrifícios, acrescidos pelos problemas internos com que se viu confrontado. E, o que é importante notar, salientando que a batalha de La Lys, embora constituindo uma derrota tática, contribuiu para a vitória estratégica dos Aliados ⁽²²⁾.

Esta concepção construída por esta historiografia de entre-guerras, constituirá «grosso modo» a imagem dominante, para não dizer a imagem oficial, da participação portuguesa na guerra. Uma imagem da guerra que retoma e legitima o essencial das teses intervencionistas — a responsabilidade internacional da Alemanha no desencadear do conflito; a entrada de Portugal como saída inevitável para o impasse diplomático em que o país se encontrava e ao abrigo da Aliança Inglesa; a conduta de guerra do sidonismo como responsável pelo fracasso militar do Corpo Expedicionário Português e da situação portuguesa no pós-guerra — mas que lhe retira todo o conteúdo polémico e toda a imagem de conflito. A intervenção portuguesa ganha, assim, o sentido de um grande esforço colectivo de unidade nacional e defesa do interesse patriótico. A redução

⁽²¹⁾ Num total de 623 páginas, apenas 198 abordam a questão política, 31,8 % contra 425 sobre a questão militar 68,2 %.

⁽²²⁾ Posições idênticas continuam a desenvolver-se durante a década de 40. Veja-se pelo mesmo autor, General FERREIRA MARTINS *História do Exército Português*, Lisboa, 1945, pp. 516 a 564.

do peso da história política da guerra em favor da história militar no discurso historiográfico, só reforçará esta ideia legitimando-a pela memória heróica.

É claro que persistiram outras posições⁽²³⁾, herdeiras da tradição não intervencionista, mas nunca com o mesmo relevo historiográfico e sobretudo, participando da mesma concepção patriótica da guerra. Este facto, acaba por impossibilitar-lhes que abram, de novo a questão, política. É que, tendo a guerra ganho imagem de unidade nacional e esforço patriótico, reabrir a questão política seria correr o risco de por em causa a concepção patriótica da guerra, o que a orientação tradicionalista desta corrente e a conjuntura política que se vivia impossibilitavam de todo.

É através deste processo que a tese intervencionista ganha legitimidade nacional e se constitui imagem e concepção dominante da participação portuguesa na guerra. Feita concepção patriótica, projectar-se-á no futuro, não só no imaginário nacional enquanto memória da guerra, mas também na historiografia até quase aos nossos dias.

4. A HISTORIOGRAFIA DO SEGUNDO PÓS-GUERRA À ACTUALIDADE

A historiografia portuguesa do segundo pós-guerra não produziu uma revisão desta interpretação tradicional. Introduziria, contudo, algumas alterações que abririam caminho à possibilidade de renovação. Em meados da década de 60, quando é publicado o *Dicionário de História de Portugal*, o grande balanço da historiografia portuguesa de então e ainda hoje marco importante, era ainda esta, «grosso modo», a concepção dominante sobre a participação de Portugal na Grande Guerra. Mantinha-se a interpretação política global sobre a guerra, isto é, a legitimação nacional da tese intervencionista, todavia, sem que tivesse um grande significado político ou alimentasse conjunturalmente qualquer legitimidade retrospectiva. Pelo contrário, a política externa portuguesa fora durante a segunda guerra, precisamente inversa: a manutenção da neutralidade. Do ponto de vista historiográfico, registam-se, porém, algumas mudança de perspectiva.

⁽²³⁾ Vejam-se por todos JOÃO AMEAL, *História de Portugal*, Lisboa, 1940, pp. 700 a 703; e JESUS PABÓN, *La Revolución Portuguesa*, Madrid, 1941, pp. 45.

«Grande Guerra» da autoria de David Ferreira ⁽²⁴⁾ é a entrada do *Dicionário de História de Portugal* dedicada à participação portuguesa no conflito. David Ferreira assume totalmente e reatualiza as teses intervencionistas, quer no que concerne à entrada de Portugal em guerra, quer no que concerne à conduta de guerra do sidonismo. Porém, fá-lo de uma perspectiva diferente em relação à historiografia de entre-guerras, fá-lo a partir de uma perspectiva estritamente política. Ignora a história militar, redimensiona o entusiasmo patriótico e sobretudo, prescinde da memória como forma de legitimar a intervenção. Legitima-a, pelas suas próprias «vantagens morais e políticas», isto é, reabre o problema da guerra enquanto questão política. E reabre não só o dossier da política externa, como o dossier, silenciado, da política interna e levanta, sem base documental, mas equacionando pela primeira vez, os vários problemas daí decorrentes: a questão das subsistências, as greves e as movimentações sociais, a propaganda contra e a favor da guerra e as clivagens entre forças políticas ⁽²⁵⁾.

O afastamento no tempo e o apagamento das implicações políticas da «Grande Guerra», determinam uma abordagem historiográfica menos empenhada e mais distanciada. De facto, a reabertura da análise da guerra enquanto questão política, em primeiro lugar, e a ruptura com a visão globalisante e o equacionamento de problemas sectoriais, em segundo lugar, constituirá para historiografia o primeiro passo para ruptura com a concepção patriótica. Estes factores, assim como o progressivo acesso à documentação arquivística até então reservada, abre, um novo período para historiografia, marcado pela possibilidade, não totalmente conseguida, de uma análise objectiva e rigorosa e o esclarecimento dos vários problemas sectoriais ou subperíodos cronológicos, sem o qual será impossível o estudo do problema. São ainda raros os estudos que se reportam directamente sobre a questão e na grande maioria dos casos, o balanço terá que fazer-se a partir da produção historiográfica em que a guerra é um objecto indirecto e por vezes lateral. Mas tentemos o balanço, procurando identificar, as problemáticas que os caracterizam, desagregando-as sectorialmente.

⁽²⁴⁾ FERREIRA, David — «Grande Guerra»: in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, s/d, (1964/5), II vol., pp. 370 a 377.

⁽²⁵⁾ Esta perspectiva desenvolve-se quase até aos nossos dias em várias histórias gerais do período. Numa perspectiva intervencionista veja-se FERRÃO, Carlos, «Portugal na Guerra»: in *Em Defesa da República*, Lisboa, 1963, pp. 104 a 107; *História da República*. Lisboa 1976, pp. 91 a 127; FERREIRA, David, *História Política da Primeira República*, 3 vol., Lisboa, 1973; REGO, Raul, *História da República*, vol. III, Lisboa, 1986, pp. 324 a 357 e vol. IV, Lisboa, 1987, pp. 6 a 60. Numa perspectiva contrária veja-se BEIRÃO, Caetano, *História Contemporânea de Portugal e Espanha*, Lisboa, 1966.

A política externa

Não existe, até ao momento, uma história da diplomacia portuguesa durante o período da «Grande Guerra». E mesmo de entre as histórias diplomáticas gerais, apenas uma, concede ao problema uma síntese de meia página⁽²⁶⁾. Apesar de tudo, é no campo diplomático que a historiografia está menos atrasada. Ainda que nunca directamente sobre a guerra, nunca de uma perspectiva portuguesa, e nunca de uma perspectiva global da política externa, dispomos no entanto de estudos parcelares sobre as relações diplomáticas bilaterais entre Portugal e três das potências mais importantes para a definição da sua política externa e que atravessam o período em causa: a Inglaterra, a Espanha e a França.

O cruzamento de informação sobre estes três casos de relações bilaterais permite constituir uma base para equacionamento das condicionantes externas e da situação internacional de Portugal na crise da intervenção e durante a participação no conflito.

Do estudo de John Vincent-Smith⁽²⁷⁾ ressalta claramente a relação de desigualdade entre os dois aliados, de grande para pequena potência em que aquela encarou sempre a aliança em função dos seus próprios interesses. Isto, antes da guerra, com os acordos anglo-germânicos, no quadro colonial e a tolerância com que encarou as atitudes espanholas hostis à República Portuguesa, no quadro peninsular. Mas igualmente durante a guerra, com a ambiguidade diplomática de pedir uma política de não neutralidade para Portugal. Colhia, assim, os benefícios do aliado sem os custos militares ou financeiros que significariam a sua beligerância e sobretudo, evitando qualquer compromisso para o pós-guerra. Só as necessidades imperiosas da guerra submarina viriam obrigar à alteração desta posição.

O estudo de Hipolito de la Torre Gómez⁽²⁸⁾, confirma não só a aproximação diplomática de Madrid a Londres como as tentativas espanholas em relação à República Portuguesa, nomeadamente o consenso sobre as teses anexionistas e a apoio às subversões

⁽²⁶⁾ Veja-se BRAZÃO, Eduardo — *Relance da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1940, p. 302. Todas as outras, mesmo as mais recentes, não chegam ao período em causa: MARTINEZ, Pedro Soares — *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1986 termina em 1910; BORGES DE MACEDO, Jorge — *História Diplomática de Portugal — Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, s/d, 1988, termina em 1815; e CALVET DE MAGALHAES, José — *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1990, termina em 1910-11.

⁽²⁷⁾ VINCENT-SMITH, John — *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, 1975.

⁽²⁸⁾ TORRE GOMEZ, Hipolito de la — *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, 1980.

interna do estado português. E mostra como apesar das tentativas diplomáticas de entendimento entre os estados peninsulares, o espectro do «perigo espanhol» pairou, sempre, mais ou menos intensamente, sobre a República Portuguesa.

Finalmente, Jean Derou (29) vem mostrar o papel fundamental desempenhado pela França no complexo de relações entre Portugal e a Inglaterra. É que, no contexto da guerra, face à vontade intervencionista dos governos portugueses e à oposição britânica relativamente a essa intervenção, a França tem para a política externa portuguesa uma importância de relevo. Portugal, jogando com as contradições interaliadas entre a França e a Inglaterra, utiliza os sucessivos pedidos de auxílio franceses para pressionar a intransigência britânica no sentido da entrada. Mas, já em guerra, essas mesmas contradições acabam por se resolver em favor da velha aliada, com a vitória política-diplomática que foi a integração do Corpo Expedicionário Português no exército inglês e não francês.

A grande lacuna são, sem dúvida, as relações com a Alemanha. Mas, apesar dela não é difícil equacionar a situação internacional da República Portuguesa nas vésperas da guerra, tanto no que respeita à questão colonial, como no que respeita à questão europeia.

Depois dos acordos anglo-alemães sobre as colónias portuguesas era clara e consensual, na classe política como na opinião pública, a percepção da ameaça ao território colonial. E não só, pela pretensão alemã, como pela disponibilidade inglesa para as negociar enquanto compensação.

No quadro europeu, não era menos clara a dificuldade da situação portuguesa, marcada por um pesado isolamento internacional. Não só Portugal sofria, as tentativas anexionistas de Espanha e o apoio à subversão interna, como assistia à tolerância inglesa face a esta política e à aproximação diplomática anglo-espanhola. A velha aliada aproximava-se do inimigo e Portugal perdia, assim, não só a compensação marítima para a pressão continental, como via geo-estrategicamente, banalizado, o seu território.

Como garantia de segurança para a integridade territorial das colónias no pós-guerra e face à neutralidade espanhola e ao impasse da não beligerância, a entrada em guerra poderia ser a forma de afirmação da aliança inglesa e de reconhecimento internacional entre os aliados. Foi, sem dúvida, uma saída para a política externa portuguesa, mas não era a única possível. Porque não a concen-

(29) DEROU, Jean — *Les Relations Franco-Portugais 1910-1926*, Paris, 1986.

tração do esforços no teatro africano que reunia, de resto, o consenso nacional e porquê a intervenção na guerra europeia que provocaria as maiores clivagens na sociedade portuguesa? Porquê uma solução e não a outra?

Ainda que as condicionantes da política externa pesem decisivamente sobre Portugal, a resposta a esta questão não se esgota, seguramente, nesta ordem de razões. Muito pelo contrário, terá que procurar-se nas condicionantes de política interna.

A política interna

Será, sem dúvida, impossível uma compreensão cabal da decisão da entrada de Portugal na guerra sem o estudo da política interna. Mas, neste ponto, o atraso da historiografia é ainda maior. Se exceptuarmos as histórias gerais e do período⁽³⁰⁾ que se referem na generalidade à evolução da conjuntura política, não existe um estudo global sobre os problemas políticos directamente relacionados com a guerra, nem mesmo uma monografia sobre qualquer das forças, instituições ou fenómenos políticos (eleições; partidos; opinião pública) com relevo para a estudo do problema.

Um artigo, pioneiro nesta matéria, deve-se a Vasco Pulido Valente⁽³¹⁾. Aí se sondavam, pela primeira vez, as fracturas políticas provocadas pelo começo da guerra e a crise da intervenção, mas rapidamente abandonadas em favor do estudo da crise económica durante os anos da participação, em particular, durante o sidonismo⁽³²⁾.

Mais recentemente, foi Manuel Villaverde Cabral a abordar o problema político da guerra⁽³³⁾. Preocupado particularmente com a estratégia política, quer de Afonso Costa quer de Sidónio Pais, procura interpretá-las no quadro global das contradições económicas e sociais provocadas pela crise das subsistências.

Se a estes textos acrescentarmos uma pequena colectânea com alguns estudos dispersos e documentos com interesse para o estudo

⁽³⁰⁾ Vejam-se as histórias já citadas na nota 25 e algumas mais recentes: OLIVEIRA MARQUES, A. H. — *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 3.ª ed. 1986 e VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim — *História de Portugal*, vol. XI e XII, Lisboa, 1989 e 1990; REIS, António — *Portugal Contemporâneo (Dir)*, vol. III, Lisboa, 1990.

⁽³¹⁾ PULIDO VALENTE, Vasco — «Portugal e a Guerra de 1914-18»: in *O Tempo e o Modo*, n.º 33, 1965.

⁽³²⁾ PULIDO VALENTE, Vasco — «Estudos sobre Sidónio Pais»: in *O Tempo e o Modo*, n.º 60-61 e 62-63, 1968.

⁽³³⁾ VILLAVERDE CABRAL, Manuel — «A Grande Guerra e o Sidonismo»: in *Análise Social*, n.º 58, 1979.

do problema, organizada e apresentada por João Medina, esgotamos o panorama⁽³⁴⁾.

Mas, apesar destes estudos, pontuais e de natureza mais ou menos ensaística, falta tudo ou quase tudo sobre a questão política interna durante a guerra. Equacionam-se, apenas, três questões centrais, para a compreensão do problema. as posições dos diversos partidos e forças políticas e sociais pró e contra guerra e as relações dessas mesmas forças com o exterior e a propaganda de guerra; as relações entre Parlamento e Governo e as fórmulas governativas dos Governos de guerra; e a posição do exército e as relações civis-militares no contexto da guerra, isto é, as relações entre o poder político e o alto-comando militar.

É claro que, enquanto a guerra total, a primeira guerra afecta não só os campos político e militar. Inscreve-se em toda a sociedade, estendendo os seus reflexos à economia e às finanças de guerra, à crise das subsistências, à mudança social, com grupos sociais que ganham e perdem com a guerra. Mas, tudo isso são já outros temas, é a história económica e social da guerra, que está também por fazer, mas sobre a qual não ocuparei. Duas palavras, ainda, sobre a história militar. A história militar, é, sem dúvida, o capítulo da «Grande Guerra» cujo balanço é mais positivo. Quantitativamente, não tem comparação a produção da historiografia militar com a de qualquer outro campo historiográfico. Qualitativamente, o balanço não será igualmente positivo. A história militar da participação portuguesa não actualizou ainda as suas perspectivas historiográficas. As interpretações globais permanecem ainda fiéis à tradicional concepção patriótica e as abordagens sectoriais e de carácter técnico, mais objectivas e rigorosas centram-se quase exclusivamente sobre a orgânica militar das tropas e a evolução das operações tácticas. Faltam, ainda, os estudos na perspectiva da nova história militar, quer sobre a estratégia e os objectivos de guerra, a relação guerra-política, quer sobre a psicossociologia do combatente (o moral, o medo, a deserção, os motins, a vida nas trincheiras ou no cativeiro).

(34) João Medina (apresentação), *Guerristas e Antiguerristas*, Lisboa, 1986.

